

As Relações entre a Guerra na África (1438-1481) e o discurso de Legitimação da Monarquia de Avis*

CLINIO DE OLIVEIRA AMARAL

A análise das crônicas portuguesas, elaboradas pela dinastia de Avis durante o reinado de D. Afonso V, viabiliza compreender o papel da guerra no continente africano como um instrumento de apaziguamento e de propaganda que ajudou na consolidação do Estado português em grande parte do século XV.

O estudo das **implicações políticas** dos descobrimentos, em sua primeira fase¹, vincula-se diretamente às medidas adotadas dentro do Paço de Avis. Pressupõe-se, quanto aos descobrimentos, que inicialmente serviram também para acomodar um segmento da nobreza portuguesa, mas ao longo de seu desenvolvimento transformou-se num foco de tensão, com reflexos em boa parte da sociedade. Assim, o processo que levou à construção de um império colonial iniciou-se de forma paradoxal.

A expansão contribuiu por levar um contingente de nobres armados ávidos por terras, para aquietação das tensões políticas resultantes da vitória do Mestre de Avis. É interessante ressaltar que D. João I, quando tomou a decisão final sobre a empreitada em Ceuta, discorreu sobre os aspectos em que a conquista dessa cidade ajudaria o reino; entre os argumentos elencados no discurso, ele salientou o receio quanto ao fato de existirem nobres com disponibilidade para fazer guerra internamente².

* Clínio de Oliveira Amaral doutorando em História Social na Universidade Federal Fluminense.

¹ Período compreendido entre os anos de 1415 a 1460, também conhecido como henricino, cuja característica foi a grande atuação do Estado no financiamento das descobertas.

² Uma análise mais detalhada das crônicas de Gomes Eanes de Zurara, cronista de D. Afonso V, demonstra os conflitos em torno da expansão Cf. ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Re D. João I*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1915. Introdução e notas por Francisco Maria Esteves Pereira.

Em 1412, um ano após o tratado de Paz com Castela, iniciaram-se os preparativos para a empreitada à conquista de Ceuta. É muito significativo o fato de o Rei D. João I, em meio às primeiras discussões sobre os preparativos para a campanha em Ceuta, ordenar a seus filhos que consultassem o condestável do reino, D. Nuno Álvares Pereira. Esse acontecimento serve para comprovar que, no **aspecto político**, a expansão teve como objetivo responder à demanda dos apoiadores do Mestre de Avis e foi uma estratégia para aglutinar as dissidências políticas em torno dessa empreitada:

Vista assy aquella mostrança que o prioll fez, elRey comsijrou sobre todo per algu~u pequeno espaço de dias. e depois que todo teue bem comsijrado, fallou com seus filhos em esta guisa. Comsijrey açerqua de nossos feitos começados, e acho que pera sse bem poderem emxucutar, tenho dous muy grandes jmpedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos muytos preçada e amda molher, a quall por suas grandes uirtudes e bomdades he assu amada de todos e geerallmente, que sse ella em este feito nom da comssetimento, nehu~u dos do pouoo nem ajmda dos outros mayores, numca poram mão em este feito com nehu~ua fiuza nem esforço. O segundo empacho he o comdestabre, o quall sabees que assy por sua **muy boa uida como pollos grandes e bem auenturados aquecimentos que ouue, tem assy as gemtes do rregno chegadas a sua amizade, que sse per uemtura comtradisser este comsselho, todos teeriam que nom era feito dereitamente.** a qual cousa lhes faria menos esforço pera nos ajudarem a ello quamdo fossem rrequeridos.³

Através dessa passagem, percebem-se duas questões interessantes; a primeira delas, é sobre a rainha e as possíveis conexões existentes entre Portugal e a Inglaterra à época. Sabe-se que Portugal, a partir de meados do século XIII, inseriu-se no circuito comercial europeu⁴, transformando-se em um importante entreposto comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte. O casamento do Mestre de Avis com D. Felipa de Lancastre objetivou a aproximação dos dois reinos,

³ Idem, cap. XIX, p. 60. Grifos meus.

⁴ OLIVEIRA, Aurélio. A Crise de 1383-85 e os Fundamentos Econômicos e Sociais da Expansão Ultramarina Portuguesa. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. História, Porto: Série II, Vol. III, 1986. pp. 23-25.

contribuindo para acelerar a inclusão do reino no grande circuito comercial. Portanto, levando-se em consideração essas variantes, considera-se a consulta mencionada pelo cronista como uma espécie de pergunta aos colaboradores internacionais do Mestre de Avis. Nesse período, percebem-se sucessivas confirmações de privilégios a comerciantes portugueses por monarcas estrangeiros como, por exemplo, os ingleses. A figura da rainha pode representar, no mencionado fragmento, um indício de que foi necessário consultar esses colaboradores do reino. A segunda questão inferida no texto trata da tendência de concentração de poder nas mãos do condestável do reino. Toda e qualquer empreitada régia ficaria mais fácil com a aprovação dele. Sua aprovação implicava a arregimentação de várias casas senhoriais de grandes nobres.

Ao delimitar as bases de sustentação do Mestre de Avis, nota-se uma complexidade muito grande. Houve vários atores nessa nova conjuntura após a Revolução de Avis. O primeiro e mais inovador foi a introdução na cena política dos grupos sociais egressos do comércio, sobretudo de Lisboa. Assim, o processo dos descobrimentos figurou, em parte, como um espaço de disputa política e, como toda disputa, acarreta conflitos cuja resolução, embora envolva questões de ordem prática, também passa pela esfera simbólica. Dentre essas disputas, pode-se relacionar a construção do discurso sobre a expansão, durante o reinado de D. Afonso V, como um mecanismo simbólico e prático de consolidação da expansão no norte da África. Simbólico, por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África.

Prático, por consolidar na escrita a memória dos descobrimentos, através da ótica do grupo vencedor de Alfarrobeira⁵.

A forma pela qual a dinastia de Avis narrou a guerra em África é bastante peculiar, pois não se encontram grandes traços dos conflitos políticos mencionados. Há uma unidade discursiva muito forte entre todos os cronistas que descrevem essa etapa da expansão.

A monarquia de Avis, desde que se instaurou, em 1385, com a aclamação do Mestre de Avis, investiu na elaboração de uma determinada imagem da monarquia, com o propósito bem claro, naquele momento, de legitimar a aclamação de um bastardo. Mas o tempo passou e os símbolos utilizados para dar sustentação ao “Mexias de Lisboa” incorporaram-se ao imaginário político português, sobretudo, por meio da guerra em África.

A presença de sinais providenciais, cuja função era articular a monarquia de Avis ao universo do sagrado, tornou-se cada vez mais forte. Sinais dos novos tempos como sonhos, milagres, profecias, visões, já pelos meados do século XV, enfim, as manifestações públicas do poder, entre outros, passaram a fazer parte da literatura sobre a vida dos reis avisinos, bem como da Íncrita Geração.

A política não gozava de uma autonomia plena⁶, era o cristianismo responsável por oferecer elementos e condições necessárias para as representações da experiência política. É no interior do sagrado cristão que se encontram os referenciais através dos quais a legitimação política passava.

Ao longo do século XV, ocorreu uma experiência ímpar na história do Ocidente, que envolveu tudo isso que os cientistas sociais, hoje, denominam política,

⁵ Cf. MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lisboa: Lourenço Marques, 1973.

⁶ FRÓES, Vânia Leite. Evolução das representações e da pedagogia do ofício de rei em Portugal Medieval. In: *Convergência Lusíada. Revista do Real Gabinete Português*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda, n. 15, p. 23-31, 1998.

cultura e economia, cujas repercussões penetram os próximos quatro séculos, os descobrimentos. Em seus primeiros momentos, muito conturbados⁷, houve uma necessidade cada vez maior de uma propaganda eficaz, capaz de garantir sua manutenção.

A experiência histórica desse processo insistia em trazer desventuras aos portugueses. A navegação ainda não apresentava uma precisão técnica muito grande, fato que criou em torno dos oceanos um grande medo⁸, sobretudo, no século XV. Além das tempestades e calmarias, havia o desconhecimento de grande parte da costa da África, os mouros, os guinéus, cujas azagaias venenosas eram imperdoáveis. A morte rondava os navegantes. A primeira cidade conquistada pelos portugueses, Ceuta, em 1415, era nas palavras de muitos contemporâneos, entre eles D. Pedro, um sumidouro de gente e de fazendas.

Não havia apenas essas dificuldades, existiam os conflitos políticos de diversos grupos sociais dentro do Estado, desde os homens de cabedal até os reacionários nobres do norte do país. Todos tinham seus interesses e projetos em relação à participação portuguesa no continente africano. No entanto, no aspecto em que a racionalidade contemporânea pouco se aproxima, eles se entendiam – a crença nas forças sobrenaturais e a atuação de Deus.

Foi através da atuação dessas forças sobrenaturais, que se elaborou a História dessa primeira etapa dos descobrimentos, escrita por Zurara. Nelas, encontram-se histórias fantásticas sobre as conquistas, vê-se Deus atuar em favor dos portugueses, narram-se feitos inacreditáveis realizados pelo Infante D. Henrique. Tem-se a sensação em todo momento que os portugueses agiam pela vontade da Providência e, por isso, eram invencíveis. Não se encontram grandes desventuras

⁷ Cf. MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha....* op. cit.

⁸ Em relação ao medo do mar no imaginário do final da idade média Cf. DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300 – 1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

nessas histórias, apenas glória; é afirmado a todo instante que havia uma missão para essa nação. Os mesmos símbolos providenciais que anunciaram o Mestre de Avis, no século XIV, estavam presentes para garantir os sucessos.

Havia a necessidade da elaboração por parte dessa monarquia de um novo mecanismo de consolidação após o desastre de Tânger e a batalha de Alfarrobeira. Como consequência dos dois, ocorreram duas baixas entre os filhos de “Mexias de Lisboa”, D. Fernando e D. Pedro, respectivamente. A dinastia de Avis já não contava com figuras carismáticas como D. João I e seu sucessor e filho, D. Duarte, para conseguir manter a estabilidade nesse reino. Já passara, inclusive, por um período regencial muito agitado (1438-1446). Esse novo mecanismo foi a elaboração da imagem de santidade do Infante D. Fernando, um sujeito globalizante, extremamente envolvido com a efervescência política do Paço de Avis e com a expansão.

Sua trajetória de vida foi responsável por lhe conferir algumas particularidades que, somadas à constelação de símbolos providenciais, ofereciam uma figura singular e eficaz para apaziguar os traumas deixados pelas descobertas, mas, sobretudo, aquietar os descontentamentos e repercussões de Alfarrobeira.

O processo de fabricação de um santo vincula-se a três pontos básicos: uma aceitabilidade popular, uma história de vida de acordo com o cânone da Igreja e uma disposição dessa instituição em legitimar um novo culto.

Em relação ao Infante D. Fernando, nota-se, através dos documentos sobre seu período de vida, que havia uma predisposição por parte da monarquia de Avis em elevar alguns dos personagens, envolvidos nas descobertas, à categoria de santo. A trajetória de vida desse Infante contribuiu para a construção dessa

imagem. Por outro lado, segundo Bloch⁹, na alta idade média, era comum a crença de que membros da monarquia fossem associados a prerrogativas sobrenaturais. Esse mesmo autor afirma que essa tendência, embora combatida pelo cristianismo¹⁰, manteve-se na Europa cristianizada.

O culto ao Infante D. Fernando é anterior à elaboração de sua crônica¹¹, fato que aponta para uma receptividade por parte da sociedade portuguesa à época. A convergência dessa expectativa popular à necessidade de um novo elemento aglutinador, por parte de D. Afonso V, foi responsável pelo sucesso da adoração desse Infante em Portugal. Em relação ao terceiro aspecto, pode-se afirmar que existe documentação sobre a tentativa de canonizá-lo, esse material é objeto de minha pesquisa de doutoramento, que até o presente momento, está a apontar para um imbricado jogo de interesses, envolvendo Portugal, Castela e o Papado na “partilha do mundo”. Isso é um indício do importante papel exercido pelo culto ao Infante Santo como elemento de propaganda interna e externa do projeto de Avis.

⁹ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. A primeira edição francesa é do ano de 1924. Utilizamos e remetemos para a edição brasileira citada, na qual há também a tradução do prefácio de Jacques Le Goff, que foi publicado na edição francesa da Gallimard em 1987.

¹⁰ É fundamental que saibamos que a oposição entre sagrado e profano deve ser tomada historicamente, na realidade social à qual nos referimos, o Ocidente cristão medieval. Portanto, “quando se usa o termo, evoca-se um conceito que pertence essencialmente ao mundo cultural cristão e que, devido à particular evolução dos factos religiosos ocidentais, pressupõe pelo menos dois componentes: a) uma nítida separação dos chamados factos religiosos e sagrados, dos factos denominados não-religiosos, laico e profanos; b) uma estrutura ideológica mítica e ritual organizada que é regida por leis autônomas e que, embora inserida na realidade profana e laica, estabelece com ela um conflito dialéctico e tem fins diversos dela.” Sagrado/Profano. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, vol. XII. p. 107. Desse modo, a figura do rei e a da monarquia irão catalisar esse conflito dialéctico, justamente por trazerem em si uma carga simbólica divina, anterior ao advento do cristianismo. Na realidade, essa religião acrescentou, por fazer uma distinção nítida entre essas esferas, esta dimensão ambígua com relação ao rei e à monarquia. Por mais que o cristianismo tentasse traçar uma distinção entre estas duas esferas, a figura do rei e da monarquia conseguiram se manter como um elo.

¹¹ A sua crônica/hagiografia foi escrita na década de 1450 pelo Frei João Álvares.